

⁶ Cf CANSI, Frei Bernardo, "Um desafio para o catequista: transformar a realidade", Ed. Paulinas, 1991, p. 39-56

⁷ Cf "Conclusões da Conferência de Puebla", CELAM, 1979, n. 514

⁸ Ibid., n. 88

⁹ Cf "Relatório da 26ª Assembléia do Regional Sul IV", Lages, SC, 5 a 7-11-1993

¹⁰ Cf "Conclusões de Medellín", CELAM, 1968, n. 8.6

¹¹ Cf "Conclusões de Santo Domingo", CELAM, 1992

¹² Cf PAULO VI, "Evangelii Nuntiandi", 1975, n. 29

¹³ Cf "Catequese Renovada", n. 157

¹⁴ Ibid., n. 248

¹⁵ Ibid., n. 110-116; 157-161; 246-280; 281-310

¹⁶ Cf "Conclusões de Santo Domingo", CELAM, 1992, n. 157-209

¹⁷ Cf "Conclusões de Puebla", CELAM, 1979, n. 27-42 e 88.

Bibliografia complementar

- "Sociedade brasileira e desafios pastorais", CNBB, Ed. Paulinas, SP, 1990
- "Educação, Igreja e Sociedade", CNBB, documento 47
- "Exigências éticas da ordem democrática", CNBB, documento 42 da CNBB
- "Participação popular e cidadania", CNBB, Estudos, n. 60
- "Ética, pessoa e sociedade", mimeo, Diocese de Osasco

Endereço do Autor:

Seminário Teológico de Tubarão
Caixa Postal 5073
88040-970 FLORIANÓPOLIS, SC

Política e Igreja

Dimensão Política da Liturgia

Pe. Dr. Valter Mauricio Goedert
Professor de Liturgia

No seu plano de amor, o Pai estabeleceu congregar na santa Igreja os que crêem em Cristo (LG 2), constituindo-a *sacramento universal de salvação* (LG 48). Por isso, a Igreja, sustentada incessantemente pelo seu fundador (LG 8), e observando fielmente seus preceitos, recebeu a missão de anunciar o Reino de Deus e de estabelecê-lo em todos os povos (LG 5), tornando-se *sinal levantado entre as nações* (AG 36), sinal daquela fraternidade que permite e consolida um diálogo sincero entre os homens e Deus e dos próprios homens entre si, sob a direção do Espírito Santo (LG 92; 21).

não são, no entanto, secundárias as estruturas sociais

Deste Corpo da Igreja somos membros e participamos de sua edificação (LG 7). Nascida do amor do Pai Eterno, fundada no tempo por Cristo Redentor e coadunada no Espírito Santo, a Igreja tem um fim salutar e escatológico que não pode ser atingido plenamente senão na vida futura (GS 40). Presente no mundo, ela é, contudo, peregrina e leva consigo, em sua caminhada histórica, a figura deste mundo que passa (SC 1; LG 48). Enquanto ajuda o mundo, a Igreja dele recebe muitas coisas (GS 45). Compete-lhe, pois, como mestra da Verdade, assumir a tarefa de anunciar e ensinar

autenticamente a Verdade que é Cristo, fomentando e elevando tudo aquilo que se encontra de verdadeiro, de bom e de belo na comunidade humana (GS 76).

Esta Igreja é constituída e organizada no mundo como uma sociedade e, por conseguinte, necessita de bens humanos para executar sua missão (LG 8). Por ser um dom de Deus, ela não constitui uma fundação humana. Conseqüentemente, a pertença à Igreja é uma iniciativa da graça divina, da escolha de Cristo. Embora o essencial da Igreja seja a comunidade espiritual animada pelo Espírito Santo, não são, no entanto, secundárias as estruturas sociais. Este caráter social e institucional se manifesta através de uma estrutura visível e clara que ordena a vida de seus membros, determina suas funções e relações, seus direitos e deveres (Puebla, 256).

A Igreja deve, pois, estar absolutamente presente na comunidade dos povos para fundamentar e despertar a cooperação entre os homens (GS 89). Como mãe, mestra e perita em humanidade, ela deve discernir e iluminar, a partir do Evangelho e de sua doutrina social, as situações, os sistemas, as ideologias e a vida política das nações (Puebla, 511).

Embora não se confunda com a ordem política nem esteja ligada a qualquer forma particular de cultura (GS 42), mesmo que não tenha respostas prontas e imediatas para todos os problemas da humanidade (GS 33), a Igreja, assumindo *as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje* e de todas as épocas (GS 1), entre

as perseguições do mundo e as consolações do Espírito, avança, peregrina, *anunciando a cruz e a morte do Senhor, até que Ele venha* (1Cor 11,26).

A Igreja, portanto, não se identifica simplesmente com o mundo, como também a comunidade não se identifica meramente com a sociedade. Os membros da comunidade, contudo, são igualmente membros da sociedade, assim como a Igreja é Igreja no mundo e para o mundo. Uma comunidade fundada e socialmente caracterizada por Cristo.

1. A PALAVRA LITURGIA

A análise do termo revela sua dimensão sócio-política. Liturgia - *leitourgeia* - é palavra grega, da raiz *leit* (*leós, laós*, povo) que significa geralmente "público", "pertencente ao povo", e *érgon* (*ergázomai*, trabalhar, operar) no sentido de ação, obra. O termo assim composto significa "obra, ação, empresa, para o povo, pública". Daqui também o uso do verbo *leitourgein* no sentido de "financiar os encargos públicos" na cidade¹.

O termo "liturgia", no entanto, sofreu sensível evolução, quer no **sentido civil** (compromisso particular ou comunitário a favor do povo, preparo das festas ou jogos populares - liturgias cíclicas; compromisso particular ou comunitário em favor do povo em momentos especiais de necessidade - "liturgias" extraordinárias; serviço obrigatório a que deviam submeter-se as pessoas em troca de direitos e vantagens particulares, ou como ressarcimento por danos provocados), quer no **sentido religioso-cultural**, particularmente nas religiões de mistérios.

os símbolos têm outras funções, entre as quais a social e a sociabilizante

No Antigo Testamento, na versão dos Setenta, "liturgia" traduziu os termos hebraicos *'abodah e mela'kah*, ligados à idéia de serviço prestado a alguém, e *sharêl*, que exprime mais os sentimentos ligados à base do serviço, designando o culto prestado a Jahweh pelos sacerdotes e levitas do Templo. Com o advento do cristianismo, o termo foi assumindo sempre mais um sentido "técnico" característico do culto espiritual cristão.

2. DIMENSÃO SOCIAL DA LITURGIA

Sociologicamente, a religião, no sentido mais amplo, pode ser definida como um sistema de símbolos mediante os quais o homem confronta a forma e a substância última de uma realidade². A liturgia, por sua vez, é o lugar privilegiado onde se encontra o mais importante sistema de símbolos. Essencialmente mediação simbólica de uma realidade encoberta, ela nos faz entrar em contacto com a esfera do invisível.

Na liturgia, afirma Herrmann SCHMIDT, "o homem se percebe como um mistério, no qual se experimenta o mistério de Deus. Para o homem, o 'mistério do homem' é o primeiro e fundamental mistério. Se não percebe a si mesmo como mistério, então se fecha a tudo que é mistério. Na metrópole moderna, procura-se com afino obter uma imagem do homem que se possa explicar e realizar experimentalmente; em tal imagem,

o mistério é um corpo estranho. Em todas as descobertas, realizações e pesquisas do homem da metrópole, a liturgia tem condições de manifestar eficazmente o mistério e de torná-lo conhecido; o homem descobre o que já existe, e realiza o que já está feito; o que o homem chama de 'novo' é novo para ele; não é, porém, novo em si. A liturgia penetra até o âmago da natureza; é dom, é criatura. O homem, se aceita o dom do entendimento, reconhecerá a si mesmo como criatura, dom, mistério"³.

Além da estrutura verbal, significativa e histórica, os símbolos têm **outras funções**, entre as quais a **social e a sociabilizante**. Dado que a Igreja, como vimos, é essencialmente social e comunitária, será, ao mesmo tempo, socializante e criadora de comunidade. De fato, o culto não apenas expressa e celebra a fé, mas também cria e forma a comunidade e a solidariedade na fé.

Os ritos e os símbolos são elementos que nos ligam ao transcendente, mas, simultaneamente, realizam a mediação entre os membros da comunidade que celebra e, através deles, estabelece comunicação. O sinal social, assim como o religioso, tem por finalidade expressar o bem comum da sociedade, da comunidade. Os sinais sacramentais exprimem por excelência o bem comum da Igreja. Os ritos e símbolos, além da autocomunicação na assembleia litúrgica, se transformam em sinais eficazes da transformação pessoal e comunitária. É na assembleia que a comunicação se torna afetiva e emocional, dinâmica e consensual, fraterna e indiscriminada, experiencial e concreta⁴.

Ainda que em nossos dias o "fato religioso" esteja perdendo sua influência e eficácia socializante num mundo sempre mais secularizado e individualista, e o "universo simbólico" pareça ceder espaço à técnica, ao experimentalmente profunstatável, percebemos que a crise dos símbolos afeta profundamente o próprio homem e seu relacionamento social. A intercomunicação se deteriora, se esvazia, torna-se superficial à medida que a linguagem humana se intelectualiza, quando a comunicação afetiva dos símbolos é substituída pelos comandos eletrônicos.

3. DIMENSÃO POLÍTICA DA LITURGIA

O sentido político da Liturgia se constata, historicamente, desde os primórdios da comunidade cristã, na medida em que se foi inserindo na realidade política de seu tempo. Ao contrário das celebrações pagãs, nas assembleias cristãs primitivas não havia nenhuma discriminação, nem por motivo de raça, nem de sexo, nem de idade ou de posição social. *"A multidão dos que haviam crido era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava exclusivamente seu o que possuía, mas tudo entre eles era comum"* (At 4,32; 2,42-46).

a própria celebração litúrgica exerceu influência na transformação da sociedade

A partir do século IV, ocorreu um processo de aproximação entre a Igreja e o Estado. A liberdade do culto cristão, o descanso dominical, a elevação do cristianismo ao *status* de religião oficial, tiveram conseqüências na liturgia. De fato, "à medida que, já antes de Constantino, as comunidades

crecem e se solidifica a organização eclesial dentro das comunidades e entre elas, a Igreja tornou-se um fator de vida pública, embora ainda não sob a forma de reconhecimento estatal, fator este que não podia passar despercebido... Dora-vante, quanto mais o cristianismo, sob o governo de Constantino e de seus sucessores, ascendeu a elemento mantenedor do Estado, tanto mais puderam a formação da vida cristã e o culto divino da Igreja propor sua influência"⁵.

De outra parte, a própria celebração litúrgica exerceu influência na transformação da sociedade, como demonstra, p. ex., a celebração dos **tempos litúrgicos** (advento, quaresma, páscoa), que determinaram o ritmo do trabalho, da sociedade e da política (o preceito dominical, a prática sacramentária, a celebração dos sacramentais, a religiosidade popular, os santuários, a prática das relíquias, as peregrinações etc).

Na Idade Média, todos esses aspectos foram fortemente destacados. Afirma MEYER: "Era também a celebração da liturgia que, no ritmo do calendário das orações e do ofício divino quotidianos, da recepção eucarística aos domingos, das temporadas em cada estação do ano e das festas solenes que se repetiam anualmente (com seu tempo de preparação e seus festejos posteriores, com as datas comemorativas dos santos inseridas no ciclo anual, com seus sacramentos e sacramentais), acompanhava a vida de todo cristão, do nascimento à morte, e ordenava todos os acontecimentos importantes para a vida da sociedade em um contexto de sentido religioso que caracterizava toda a vida, particular e pública, e cuidava não só de ensinar os mistérios centrais da fé cristã ao povo, mas também de incuti-los nele através dos festejos"⁶. A *sáhus pública* se apoiava no *cultus publicus*. A unidade litúrgica foi, inclusive, promovida em vista da unidade política, e a consagração religiosa, por vezes, esteve a serviço dos que desejavam permanecer no poder.

Descrevendo a comunidade religiosa e civil da Idade Média, o já citado MEYER comenta: "O ideal era a comunidade cidadina reunida em torno a seu bispo para o culto divino e este ideal atuou ainda posteriormente, quando os bispados se tornaram tão grandes em extensão e número de fiéis, que os sacerdotes tiveram de representar o bispo como dirigentes comunitários. Tanto nas cidades como nos seus arredores, e também no meio rural, em substituição às comunidades episcopais surgiram as **comunidades paroquiais**, jurídica e economicamente autônomas, as quais frequentemente eram de dimensões consideráveis - ainda hoje dá-se o mesmo - pelo que, de forma análoga ao desenvolvimento no plano diocesano, havia a tendência de fazer coincidir regiões políticas com distritos eclesiásticos: comunidades religiosas e comunidades políticas identificavam-se amplamente, e em uma sociedade que se tornara cristã verificou-se por si mesma uma interpenetração intensiva de ambas.

A festa da dedicação da igreja ou os festejos do orago, as diversas passeatas e procissões no decurso do ano eclesiástico, as feiras ou exposições realizadas em tais dias, os regulamentos instituídos liturgicamente para a recepção do governante, os cultos divinos e as procissões em tempos de guerra e infortúnio, ou por ocasião de uma vitória, eram acontecimentos a um tempo religioso-culturais e político-sociais de toda a comunidade"⁷.

Em outras palavras, esperava-se da liturgia que comprovasse sua relevância social e política. Em troca, o clero se viu livre de trabalhos públicos e de cargas tributárias. Os digni-

tários eclesiásticos foram privilegiados. O Estado cuidava dos locais de culto, provendo-os de tudo quanto necessitassem. A unidade de ensino e de culto aparecia como anseio político a favor do qual o Estado intervinha.

A questão litúrgica exerceu também um papel político importante na Reforma. Na Idade Moderna, os soberanos absolutistas procuraram subordinar o culto aos interesses do Estado (eles eram oficialmente lembrados na liturgia, e as celebrações político-sociais eram particularmente solenizadas. Em contra-partida, os clérigos gozavam de inúmeros privilégios).

No transcorrer dos séculos, deu-se uma politização da liturgia, nem sempre bem entendida. A liturgia não é "política" por causa da ciência ou da prática política, mas por exigência de sua verdade, de seu mistério, de sua vida, das atitudes que implica e exige, do comportamento que influencia. **A dimensão sócio-política é um elemento constitutivo da fé, assim como o é da liturgia**⁸.

Por isso, não se entende a neutralidade e a indiferença perante os acontecimentos sociais e políticos. "É na liturgia que se expressa e se experimenta, cantada em todos os tons, a polifonia da política. O engajamento político está inseparavelmente ligado à fé; a fé, porém, não é absorvida pelo terreno político. A política é influenciada pela fé; isto, porém, não significa que ela seja, sem mais, matéria de fé"⁹.

Por conseguinte, a ação litúrgica não produz por si mesma efeitos políticos imediatos. A liturgia não se destina a uma libertação política determinada, mas celebra todas as verdadeiras libertações na e a partir da "grande libertação" que restabelece em plenitude as relações entre Deus e os homens: a celebração do Mistério Pascal de Jesus Cristo.

A liturgia supõe, ao mesmo tempo, um confronto entre continuidade e ruptura, entre o ideal e a realidade. Observa Herrmann SCHMIDT: "O ponto central da liturgia é a Cruz de Cristo. Sempre e em toda parte o Mistério Pascal é celebrado em toda a sua realidade, e toda a vida cristã é expressa e experimentada escatologicamente como um caminho em direção à ressurreição para a vida eterna. Contudo, a visão escatológica da ressurreição jamais perde de vista a realidade da vida terrena. Nosso caminho para a ressurreição é um caminho para a cruz. É com tino político que o poder e a soberania da Cruz tornam realidade o ideal da Comunhão dos Santos"¹⁰.

A liturgia supõe um confronto entre continuidade e ruptura

4. OS SINAIS LITÚRGICOS E AS DIMENSÕES DA MISSÃO

A dimensão sócio-política da liturgia se situa não apenas no transcorrer da própria ação litúrgica, mas também no desenrolar da própria ação e da missão da Igreja. Essas dimensões ajudam a compreender a riqueza do fato litúrgico social.

A partir de uma perspectiva bíblica, a palavra "liturgia" se relaciona com outras que indicam igualmente "serviço" em seus aspectos distintos, como: *latría* e *diakonia*. *Latría* põe em relevo o ministério cultural e designa a atitude interior do

homem religioso; *diakonia* expressa a ajuda pessoal a outros homens¹¹.

As dimensões da missão, por sua vez, abrangem a totalidade das tarefas que Jesus deixou à sua Igreja: dimensão da Palavra ou profética - Cristo Profeta; dimensão da coordenação da comunidade - Cristo Pastor; dimensão do culto - Cristo Sacerdote; dimensão da caridade e da justiça - Cristo Rei¹².

a. Fundamentação cristológica: os títulos de Jesus

CRISTO PROFETA. Profeta é aquela pessoa chamada e destinada a chamar, anunciar, denunciar, construir, destruir (cf Jr 1,10). Jesus, no entanto, não é um simples profeta, mas o Profeta único e escatológico que cumpriu todas as profecias até o fim dos tempos.

Embora nunca se chame a si mesmo de "profeta" e apenas ocasionalmente seja assim chamado pelo povo (Mc 6,15), na verdade somente Ele corresponde às expectativas de um profeta messiânico. Esta função profética que Cristo cumpre de forma única e irrepetível, a Igreja primitiva tem consciência de dever prolongar na história.

CRISTO PASTOR. A imagem do pastor está frequentemente associada às divindades e aos governantes. O Antigo Testamento afirma que Jahweh é o Pastor, Chefe e Pai do seu povo, do rebanho de Israel (Gn 48,15; 49,24). Esta linguagem se populariza sobretudo nos salmos e nos profetas do exílio (Sl 23; 28,9; 68,8; Jr 23,2; 31,10; Ez 34,11ss; Is 40,10ss). O título de "pastor" se reserva, praticamente, para designar o "novo Davi", o futuro Messias, o pastor messiânico que Deus enviará (Jr 3,15; Ez 34,23; 37,2-24). O desprestígio dos pastores de Israel por causa de sua infidelidade e da falta de correspondência aos anseios do povo suscitará nova esperança no pastor messiânico. O Novo Testamento apresenta Jesus como o verdadeiro Pastor, que conhece as ovelhas, as defende e conduz, por elas dando a própria vida (Jo 10,11-13).

CRISTO SACERDOTE. O sacerdote em Israel tinha, no início, a função de oferecer sacrifícios e de proferir oráculos. A reforma de Josias, em 621, suprimiu os santuários locais e reforçou a supremacia do sacerdócio de Jerusalém.

De acordo com os sinóticos, nem o povo lhe deu, nem Jesus se atribuiu, a si mesmo, o título de "sacerdote". Entretanto, o Novo Testamento atribui a Jesus Cristo funções que correspondem às do Sumo Sacerdote, particularmente a Carta aos Hebreus (mas cf também Jo 17,19; Rm 8,34; 1Jo 2,1). O fundamento do sacerdócio de Cristo encontra sua prefiguração em Melquisedec (Gn 14,18ss) e seu complemento no Sl 110,4, segundo o qual o seu sacerdócio é eterno, fundamentado na própria vontade de Deus e não na Lei (cf Hb 7,1ss).

CRISTO REI. Todos os povos circunvizinhos a Israel tinham reis. O povo de Israel, no entanto, não o tinha, melhor, Jahweh era seu Rei. Israel, porém, não se conformou com sua situação excepcional e pediu um rei (1Sm 8,5), que lhe foi outorgado. Apesar da infidelidade dos reis, reforçou-se a esperança no Rei Messias (2Sm 7,1-7).

O Novo Testamento distingue os reis terrenos e Deus, ou Cristo Rei (cf Mt 17,25; At 4,26. Lc 22,25; Ap 1,5; 16,14). A realeza de Cristo e seu reinado aparecem desde o início

como de ordem distinta (cf Jo 18,36). As características de seu Reino e do seu reinado são originais. Não se trata de um reino terreno de poder, domínio e vingança (Lc 19,12-15.17), mas do Reino de Deus. Os sinais de sua presença entre nós são a expulsão dos demônios, a cura dos enfermos, a libertação dos oprimidos, a bem-aventurança dos aparentemente desgraçados (Mt 12,28; Lc 4,16ss; Mt 5,1ss).

Com a chegada do Reino de Deus, os valores humanos se transformam. Esse Reino é dom de Deus; a entrada nele, uma graça à qual se deve corresponder com fidelidade, humildade e simplicidade (Mt 5,29ss; 10,15; Lc 9,62). O fato de se tomar partido perante este Reino decide o futuro do homem (Mt 7,24-27). O "novo" no anúncio do Reino de Deus por parte de Jesus é sua própria pessoa.

b. Fundamentação eclesiológica: as dimensões da Missão

No ser e no ministério de Jesus se encontram o fundamento e as dimensões da missão da Igreja:

DIMENSÃO PROFÉTICA. Cristo envia seus discípulos a proclamar a Boa Nova (Mc 16,15). Os ministros terão a responsabilidade de velar, vigiar e conservar a sã doutrina (Ef 4,11; 1Tm 3,1; 4,6-13). Por meio desses ministérios, a Palavra de Deus continuará a salvação inaugurada por Cristo (1Cor 7,10.12.25), prestando um fiel serviço ao Reino de Deus, serviço que pode, inclusive, levar ao martírio (Ap 1,9ss; 12,11). A serviço da Palavra está o carisma da profecia (At 11,17; 13,1; 21,10ss).

DIMENSÃO PASTORAL. A dimensão pastoral ou da direção da comunidade é primordial. Cristo é um só, e não pode estar dividido (1Cor 1,13). Entre os cristãos não deve haver divisões, nem discriminações. Seu testemunho perante o mundo deve ser o da comunhão e da unidade (Jo 17,21-23). Esta comunhão deve estender-se a todos os aspectos da vida cristã. A verdadeira dimensão de *koinonía* não significa, apenas, a comunhão de alguns bens, mas a comunhão e a unidade ordenada e fraterna, integral e plena. Personificada na figura do Pastor, tal dimensão deve ser continuada pela Igreja através de seus serviços e de seus ministérios.

DIMENSÃO SACERDOTAL. O serviço do culto, ou dimensão sacerdotal, é continuado, em primeiro lugar, através do sacerdócio do povo de Deus (sacerdócio comum dos fiéis). A comunidade primitiva compreendeu que toda a vida deveria converter-se em um ato sacerdotal litúrgico, quer se anunciasse o Evangelho quer se ajudasse aos necessitados, quer, enfim, se oferecesse a Deus as alegrias e os sofrimentos como *hóstia viva* (cf Rm 12,1). Isto não significa que não existem outros atos culturais mais específicos de toda a comunidade, nem que a função sacerdotal de todo o povo de Deus não tenha uma expressão personalizada, ministerial, especial para a comunidade.

toda a vida deveria converter-se em ato sacerdotal

DIMENSÃO REAL. Esta dimensão determinou uma nova forma de ser e de se relacionar com os outros, através do *serviço da justiça e da caridade*. O título de Rei Messiânico

co é inseparável do de Servo de Jahweh. *Reinar é servir; servir é reinar*. O serviço tem por objetivo não só a comunhão dos bens, mas também a comunhão de vida. A comunhão de vida afeta toda a Igreja (Ef 4,12) e promove a pluralidade dos serviços em vista da edificação da verdadeira comunidade (1Cor 12,5ss).

A liturgia exprime e realza essas quatro dimensões, sintetizadas no conhecido texto dos Atos dos Apóstolos: "Eles mostravam-se assíduos ao ensinamento dos Apóstolos, à comunhão fraterna, à fracção do pão e às orações" (At 2,42). A comunhão cristã nasce da assiduidade na escuta e da fidelidade à mensagem apostólica; alimenta-se da Eucaristia, a fracção do Pão da Vida; fortifica-se na oração e transborda na comunhão fraterna. De outra parte, a comunhão fraterna vivida no amor autêntico a Cristo e aos irmãos dá consistência à oração diária, torna mais verdadeira e frutuosa a participação na Eucaristia e fortalece ainda mais a fidelidade à mensagem dos Apóstolos.

CONCLUSÃO

A liturgia condensa em sua Palavra todas as palavras de fé que se proclamam na vida. Afirma Joan LLOPIS: "Para que a proclamação litúrgica conserve todo o seu dinamismo libertador é necessário que mantenha sempre uma vinculação com a história, incidindo real e concretamente no passado, presente e futuro. Por isso, ao mito devemos opor a memória; à ideologia, a interpretação; à utopia, a promessa"¹³

A pluralidade de palavras na liturgia explica e aprofunda a Palavra por excelência: *Cristo ontem, hoje e sempre* (Hb 13,8). "Proclamar a Palavra de Deus como promessa", afirma LLOPIS, "é sublinhar sua eficácia frente ao futuro real da história... A promessa escatológica da mensagem evangélica não se refere a um futuro inalcançável e utópico; refere-se a algo que podemos realizar agora e que já se realizou no passado, mas, como se realiza sempre de forma imperfeita e inacabada, necessita continuamente ser melhorado"¹⁴

No entanto, para que esta Palavra seja, de fato, escutada, compreendida, acolhida, aplicada e vivida, requer-se abertura à experiência do Espírito Santo. A liturgia constitui o contexto celebrativo em que esta Palavra acontece e é testemunhada "Proclamar a Palavra com interpretação", continua LLOPIS, "quer dizer que cremos na força atual da mensagem. Não porque a mensagem bíblica contenha uma ideologia perfeitamente concatenada, válida para todos os tempos e situações... A comunidade dos crentes sabe que o que o Senhor fez em benefício dos nossos antepassados continua a fazê-lo em nosso favor, através das libertações atuais"⁵

"Proclamar a Palavra de Deus como promessa é sublinhar sua eficiência"

A liturgia celebra através da Eucaristia a plenitude da comunhão. Nela acontece a mais profunda relação entre o Corpo eclesial e o Corpo eucarístico. Dessa forma, o Pão eucarístico serve de vínculo de união e de identidade entre Cristo e a Igreja. *Participa indignamente do Corpo e do Sangue do Senhor* (cf 1Cor 11,27) não só aquele que está "separado" do Senhor, mas também o que vive "separado"

do irmão. A Eucaristia é, pois, o *signum unitatis* e o *vinculum caritatis* ("sinal de unidade" e "vínculo de caridade"). A Igreja faz a Eucaristia e a Eucaristia faz a Igreja. A relação *koinonia-leitourgia*, que encontra seu ápice na Eucaristia, acontece também nas demais celebrações sacramentais e litúrgicas¹⁶

A diaconia de Jesus aparece como verdadeiro serviço em vista da realização do Reino de Deus. Ela está presente em toda a sua vida, embora se relacione melhor à sua paixão. Ao celebrar a diaconia de Cristo, a Eucaristia nos propõe não apenas a lembrança de um rito, mas uma vida e uma entrega total. Em Jesus, o sacrifício e o culto ao Pai aparecem como diaconia, como serviço e entrega ao homem. Assim compreendemos porque a comunidade primitiva ligou tão fortemente a fracção do pão com o serviço da solidariedade.

Liturgia implica diaconia. Ambas constituem dois aspectos de uma mesma atitude e celebração eucarística. Partir o pão significa partilhar a vida. Comungar o Corpo e o Sangue de Cristo é comungar com todos, particularmente com os mais pobres e necessitados. Celebrar a memória de Cristo é comprometer-se com os homens. Só constrói a verdadeira unidade quem serve na caridade. Não vive a unidade da fé quem não vive a unidade no amor. ♦

NOTAS

¹ MARSILI, S., *A Liturgia, momento histórico da Salvação, Anámnese 1*, Ed. Paulinas, 1987, pp. 39-54

² BOROBIO, D., *Dimensión social de la liturgia y los sacramentos*, Bilbao, 1990, p. 5

³ SCHMIDT, H., *Normas políticas de comportamento nali-turgia hodierna*, in "Concilium" 92(1974), p. 168

⁴ BOROBIO, D., o. c., p. 7

⁵ MEYER, H. B., *A importância social da Liturgia*, in "Concilium" 92(1974), pp. 187-188

⁶ Ibid., pp. 188-189

⁷ Ibid., pp. 190-191

⁸ BOROBIO, D., o. c., p. 13

⁹ SCHMIDT, H., o. c., p. 175

¹⁰ Ibid., p. 174

¹¹ BOROBIO, D., o. c., p. 16

¹² Ibid., p. 20-34.

¹³ LLOPIS, J., *O anúncio da libertação na Liturgia*, in "Concilium" 92(1974), p. 214

¹⁴ Ibid., p. 215

¹⁵ Ibid., p. 214

¹⁶ Num outro momento poder-se-á, com proveito, aprofundar a dimensão sócio-política de cada um dos sacramentos. Será, com certeza, um estudo por demais interessante, principalmente em relação à teologia e à pastoral litúrgica.

Endereço do Autor:

ITESC - cx postal 5041
88040-970 FLORIANÓPOLIS, SC